

Destino Manifesto: impulso ou obstáculo para a formação da nação?

Manifest Destiny: impulse or obstacle to the formation of the nation?

Laís Pessanha Simão¹

Caroline Capdeville Mota²

Resumo

Busca-se no presente artigo refletir sobre a doutrina do Destino Manifesto presente nos Estados Unidos no século XIX, justificando sua denominação como um movimento de caráter nacionalista que impulsiona o desejo de expansão das fronteiras territoriais e suas relações com o contexto político do surgimento desta doutrina. Além disso, objetiva-se analisar o paradoxo do desejo nacionalista de expansionismo, uma vez que este último proporciona uma intensificação da heterogeneidade dos povos presentes no território dos Estados Unidos que, por sua vez, dificulta a consolidação de um todo nacional como fora idealizado. Para isso, temos como base os conceitos de multiculturalismo e fronteira cultural na sua relação com a heterogeneidade dos grupos e com o fortalecimento do racismo.

Palavras-chave: Destino Manifesto; Estados Unidos; nacionalismo; expansionismo; multiculturalismo.

Abstract

This article intends to reflect about the concept of Manifest Destiny present in the United States in the nineteenth century, justifying its characterization as a nationalist movement that drives the will to expand territorial borders and its relation with the political context in which this doctrine emerges. In addition, it aims to analyze the paradox of the nationalist desire for expansionism, since the latter provides an intensification of the heterogeneity of the population present in the territory of the United States, which, in turn, makes it difficult to consolidate the unification of a nation setting. To reach these points, we used the concepts of multiculturalism and cultural border as basis and elaborated its relation with the heterogeneity of groups and the intensification of racism.

Key-words: Manifest Destiny; United States; nationalism; expansionism; multiculturalism.

¹ Discente de História da Universidade Federal Fluminense, Polo de Campos dos Goytacazes.

² Discente de História da Universidade Federal Fluminense, Polo de Campos dos Goytacazes.

1. Introdução

Nos processos de apropriação de novos territórios é possível observar aspectos nacionalistas, hierarquizantes e religiosos. Sejam na expansão de territórios já dominados ou na conquista de outros, estes aspectos surgem muitas vezes como justificativas ao próprio processo.

Movimentos expansionistas geralmente apresentam aspectos nacionalistas por serem movidos “em nome da nação”, esta que afirmaria, por sua vez, a legitimidade dos movimentos através de uma hierarquização dos povos, o que permitiria tornar uns submissos a outros. O caráter religioso aparece não só como mais um ponto a se considerar na hierarquia que se propõe, mas também para validar certas atitudes, pois estas seriam da vontade de Deus, tendo certos povos missões divinas com as expansões e conquistas.

Tomando as colonizações da África e América como exemplo, e tendo em vista a crueldade dispensada aos povos nativos, era necessário justificar as conquistas para que não surgissem movimentos contrários a estas. Então, além de expor os proveitos que os países conquistadores poderiam obter com as colônias, defendia-se a ideia de que os povos europeus eram superiores culturalmente e, logo, tinham o dever de levar a civilização às outras partes do globo, bem como a verdadeira palavra de Deus para as livrar de uma condenação futura. Dessa forma, houve uma longa manutenção do pensamento de que mesmo a escravidão destes povos seria melhor do que a barbárie em que viviam, pois, assim, eles estariam mais próximos de sua salvação divina.

No século XIX, podemos observar as justificativas utilizadas para a colonização sendo reaproveitadas para embasar a expansão dos Estados Unidos. Credo que sua organização político-social é a mais adequada, defende-se a expansão afirmando que esta seria benéfica inclusive para os povos dos territórios anexados, e que, por isso também, Deus estaria a favor desta empreitada estadunidense.

É nesse sentido que surge a doutrina do Destino Manifesto, objeto de análise deste trabalho, que defende a ideia de que a Divina Providência fez dos estadunidenses um povo abençoado e que lhes entregou a missão de contribuir com o desenvolvimento de outros grupos.

Essa doutrina toma força e se expande juntamente à necessidade de se construir uma identidade nacional americana, o que favorece a demonstração de que, do mesmo modo da expansão da nação, o próprio processo de desenvolvimento do nacionalismo estadunidense se embasou em afirmações míticas sobre o divino.

Indo em encontro a esse aspecto do processo nacionalista, Cecília Azevedo em “Identities Compartilhadas: a identidade nacional em questão” nos demonstra que na obra *Comunidades Imaginadas*:

B. Anderson, que propôs ser a nação uma comunidade imaginada, chama a atenção sua dimensão sagrada, o que tornaria o nacionalismo um fenômeno mais próximo das religiões que das ideologias. [...] Para manterem um nível mínimo de coesão e se perpetuarem, as sociedades, em qualquer tempo, exigem uma ordem mítica, um discurso inaugural, legitimador de sua existência (2003, p. 46).

Dessa forma, o caráter religioso, no caso estadunidense, se fez presente no processo de alteração do território desde sua colonização, apenas mudando o modo como este era utilizado a depender a quem o discurso favorecia.

Apesar de princípios religiosos não serem declaradamente justificativas para medidas tomadas pelos Estados Unidos na atualidade, é possível perceber permanências do discurso da doutrina do Destino Manifesto até os dias atuais, devido às interferências estadunidenses em outros países, o que muitos consideram ser possível classificar como atitudes próximas às imperialistas, mesmo com todos os obstáculos que a doutrina encontrou durante a expansão no século XIX para alcançar o seu objetivo de contribuir na construção da nação tal como idealizou, como abordaremos ao longo do desenvolvimento deste artigo.

2. O contexto de surgimento da Doutrina do Destino Manifesto

Tendo em vista os acontecimentos do século XIX dos Estados Unidos, é possível traçar uma linha direta entre a doutrina do Destino Manifesto, que se torna a base ideológica que viria justificar a continuidade do expansionismo, e o sentimento de nacionalismo crescente, além de como tais fatores corroboraram para o surgimento de concepções racistas encontradas em certos posicionamentos por parte dos estadunidenses.

Para tal, utilizaremos uma análise geral do ambiente político vivido pelos Estados Unidos na primeira metade do século XIX, e exploraremos as particularidades do contexto social da época, incluindo as configurações internacionais entre os Estados Unidos e alguns

dos países com os quais se relacionava, como por exemplo: México, Canadá e Inglaterra, levando em conta como essas relações influenciaram nas políticas expansionistas e na intensificação da heterogeneidade da população estadunidense.

Apesar da doutrina do Destino Manifesto ser consolidada na década de 1840, já em 1850 suas ideias são amplamente aceitas pelos estadunidenses (ABARCA, p. 7, 2009). Para entender os acontecimentos vividos pelos Estados Unidos que culminaram nessa forte propagação da doutrina e também no intenso enraizamento de seus ideais no pensamento estadunidense, faz-se necessário a contextualização de um fenômeno que se iniciou nas décadas de 1830 e 1840: o movimento expansionista para o extremo oeste.

No contexto mundial do século XIX, o expansionismo tornava-se cada vez mais imperativo, em acordo com as mudanças advindas das recentes revoluções industriais e com a exploração marítima, tornando-se imprescindível para o crescimento econômico. Nos Estados Unidos não poderia ser diferente. O desejo de expandir suas fronteiras veio tão forte quanto em outros países e, assim, começam a surgir conflitos por territórios.

A princípio, o Canadá mostrou-se uma boa aposta para as intenções expansionistas dos EUA, entretanto, a disputa de territórios culminou em diversos transtornos não terminados. Por outro lado, disputa com a Grã-Bretanha pela região de Oregon buscava evitar o engajamento em um conflito efetivamente armado. O leste então se torna uma questão problemática, tendo em vista também a imagem romântica que estava sendo vendida por marinheiros e comerciantes que cruzavam o oeste, fazendo com que este último se tornasse atrativo para muitos olhos.

Foram muitas as razões que movimentaram as primeiras migrações, desde a busca por novas oportunidades e por terras férteis até o livramento de perseguições religiosas. (DIVINE, 1992, p.280). E graças a essas diversas motivações, o movimento de expansão para o oeste começa a ganhar força e, juntamente com ela, a corrente idealista conhecida como América Jovem que era promovida pelo Estado.

A análise do contexto, dos argumentos e das consequências da propagação da doutrina do Destino Manifesto é fundamental para perceber não só como os Estados Unidos se viam naquele momento e como legitimavam suas atitudes, mas também como ainda se percebem na ordem mundial (ABARCA, p. 2, 2009).

3. Bases da Doutrina do Destino Manifesto

Criado por uma figura influente, o editor John L. O’Sullivan, o termo “Destino Manifesto” foi politizado pelo até então vice-presidente John Tyler, que assumiu após a morte de William Henry Harrison em 1841, com apenas um mês de mandato, e tinha como objetivo justificar o expansionismo, principalmente em vista da tentativa de anexação do Texas. Foi lançado como uma propaganda de repúdio aos esforços estrangeiros de apoio à independência texana.

O Destino Manifesto se constituía como elemento ideológico que, mesmo tendo sido estruturado já durante o movimento expansionista, garantia a retórica deste último ao defender a superioridade do povo estadunidense, gerando um sentimento de identidade entre estes, e afirmar seu dever em levar seu modelo ideal de vida a outros países. Em suma, essa “predestinação geográfica”, como denomina Mary Anne Junqueira (2018, p. 69), terminaria com todo o norte da América sendo ocupada pelos EUA. Esse fenômeno mobilizou grande parte da população dos Estados Unidos, principalmente grandes comerciantes e donos de fazendas, o que fez com que os mesmos migrassem ao oeste em busca desenfreada por terras férteis e mão de obra barata para produção. A crença do Destino Manifesto tomou proporções extremas que foram incentivadas pelo Estado por meio de uma propaganda nacionalista, fazendo com que este impulsionasse o expansionismo da maneira como desejavam os grandes produtores.

Para O’Sullivan, Deus estava do lado do expansionismo americano, caracterizando-o, deste modo, como missão e destino divino estadunidense. A expansão das fronteiras dos Estados Unidos significaria, por sua vez, a expansão da democracia. Portanto, os Estados Unidos acreditavam levar a democracia e a civilidade a outras nações, como se lhes fizessem um favor (DIVINE, 1992, p.289).

Junto com o fortalecimento da doutrina do Destino Manifesto, surgia o movimento denominado América Jovem que, inspirado em movimentos reformistas europeus do século XVII, buscava uma nova organização social. Os adeptos ao movimento defendiam, além de outras coisas – como a necessidade de modernização, que acabou por impulsionar ainda mais as imigrações para os Estados Unidos no século XIX –, a democracia e a expansão territorial, sendo um deles o próprio John O’Sullivan que, em defesa do objetivo de reforma social proposta pelo movimento, afirma para a *Democratic Review* que:

[...] toda a história deve ser reescrita; a ciência política e todo o alcance de toda a verdade moral devem ser considerados e ilustrados à luz do princípio democrático. Todos os assuntos antigos de pensamento e todas as novas

questões surgidas, ligadas mais ou menos diretamente à existência humana, precisam ser retomados e reexaminados [...] ³

A explosão do movimento da América Jovem somado aos propósitos do Destino Manifesto causa profundo impacto na maneira que os estadunidenses enxergavam “o outro”. A partir de então, a desvalorização cultural dos povos de outros países tornou-se uma extensão do ideal disseminado por essas correntes, e muitos países tornaram-se até mesmo vistos como incivilizados, como foi o caso do México (JUNQUEIRA, 2018, p.69).

À medida que se atribuiu uma superioridade ao poder democrático do modelo estadunidense, passou-se a atribuir um valor maior ao indivíduo pertencente à nação dos Estados Unidos da América. Neste sentido, podemos entender que o conceito de Destino Manifesto é resultado de uma iniciativa de caráter nacionalista.

Diferentemente de um comportamento patriota cujo termo definido por Wolfgang Theis vem do grego *patriotes*, que significa apenas “habitantes de um mesmo local”, podendo ser resumido ao amor a um lugar ou país de origem, o nacionalismo apresenta raízes mais profundas com uma identificação cultural. Isso pode ser traduzido na prática como uma supervalorização de uma cultura, raça ou etnia em específico que pode vir a apresentar um teor de exclusão ou negação às demais que venham a se diferir da tratada em questão.

Para os EUA isso se manifestou a partir do momento que a afirmação de seus direitos torna-se a negação do direito daqueles que não fazem parte da “nação”. O desejo de anexação dos territórios vizinhos, que segundo a visão de um estadunidense era um presente para essas outras nações, significava de muitas maneiras a morte de seus direitos, cultura e autonomia.

4. Conseqüências do desejo de expansão

E como “destino” dos Estados Unidos, tem continuidade o processo expansionista. Iniciam-se conflitos entre os Estados Unidos e o México e entre o primeiro e a Grã-Bretanha motivados pela disputa dos territórios do Texas e do Oregon, respectivamente. Por meio desses conflitos, e também por desejo da própria região a ser tomada – como foi o

³ Tradução livre de “[...] All history is to be re-written; political science and the whole scope of all moral truth have to be considered and illustrated in the light of the democratic principle. All old subjects of thought and all new questions arising, connected more or less directly with human existence, have to be taken up again and re-examined [...]”.

Disponível em: <http://xroads.virginia.edu/~cap/jackson/demo.htm>

caso do Texas –, as duas áreas vieram a somar às conquistas dos estadunidenses, sendo mais alguns dos diversos estados que viriam a existir no país.

Além da expansão das fronteiras, havia o desejo de crescimento interno. Tal objetivo foi alcançado a partir da exploração das áreas conquistadas, uma vez que estas propiciaram a melhoria dos métodos agrícolas que permitiu o fortalecimento do comércio interno, ao passo que o desenvolvimento da indústria através da inserção de um novo modo produtivo, que permitia agora a produção em massa, garantiu o crescimento das áreas urbanas. Essa relação estabelecida entre o espaço industrial e o espaço agrário impulsionou a economia, que, por sua vez, fez com que a demanda por mão de obra crescesse. Esse crescimento dos Estados Unidos, tanto externa quanto internamente, atraiu diversos imigrantes, destacadamente os europeus, dos quais muitos atravessavam um momento de extrema pobreza devido à crise em seus países, e enxergavam em solo americano uma oportunidade de melhores condições de vida.

É necessário enfatizar que os Estados Unidos ainda não constituíam uma nação, mas, sim “um projeto, uma missão de significado histórico” (ABARCA, p. 2, 2009). Nesse ponto que se configura o impasse em relação ao projeto de nação do Destino Manifesto: como se estabelecer, e disseminar, uma ideia de todo nacional em um território que observa um processo de intensificação de sua já existente heterogeneidade causado pela imigração em massa?

Deve-se lembrar ainda da existência de divergência de opiniões entre o Sul e o Norte dos Estados Unidos que resultou, inclusive, em um conflito armado, denominado Guerra de Secessão que ocorreu entre 1861 e 1865. Motivado pela questão escravista, acredita-se que esse conflito permitiu a coesão e união daqueles estados, fazendo nascer a partir dele uma nação. Todavia, como afirma Susan-Mary Grant (2008, p. 128), não se pode ainda dizer se o processo de criação de uma nação também criou uma nacionalidade americana.

Essa dificuldade na definição de uma identidade nacional se agrava à medida que a expansão dos Estados Unidos faz com que sejam incorporados ao seu território diversos outros povos, alterando suas delimitações de fronteira sem levar em conta aspectos culturais das regiões em que tais populações se encontram, evidenciando a heterogeneidade já existente na almejada nação. A diversidade de etnias traz outro problema além da dificuldade de estabelecer uma nacionalidade americana comum. Uma vez que os estadunidenses se enxergavam como superiores, não desejavam incluir povos considerados inferiores a eles em seu território ou em seu ideal de nação. Exemplo disto é o fato dos Estados Unidos não terem

tomado todo o território mexicano durante a guerra entre tais regiões, acontecimento justificado, ao menos em parte, pelo racismo.

Em consequência da marginalização imposta pelos estadunidenses aos novos grupos inseridos em seu território, a desigualdade toma maiores proporções e se torna evidente com o surgimento das favelas, habitadas em grande maioria pelos imigrantes. Estes se tornaram os maiores prejudicados pela segregação – também em sentido sócio-espacial – no meio urbano que cresceu rapidamente (DIVINE, s.d, p. 301).

Um território que abrigava diferentes povos e culturas evidentemente abrigaria, do mesmo modo, diferentes concepções de “nação”, inclusive a que se defendia nos Estados Unidos, como afirma Susan-Mary Grant (2008, p. 131):

O povo americano, que já no século XIX compreendia uma população heterogênea de imigrantes relativamente recentes de origem tanto voluntária quanto involuntária, somados aos indígenas americanos, estabelecido sob o comando de um sistema federal que incentivava lealdades estaduais e municipais além da nacional, necessariamente encarava a ideia de nação de muitos modos.

Benedict Anderson (1983, p. 199) afirma que o nacionalismo se relaciona com o racismo e com o medo do outro. Seria possível – e de vontade dos estadunidenses -, então, romper com este medo e trazer o outro para dentro da sua nação? Este questionamento nos indica outra problemática da Doutrina do Destino Manifesto, pois apesar do desejo dos Estados Unidos em se estabelecer como uma nação, seu movimento de expansão se aproximava muito mais de uma atitude imperialista, pois esta sim é declaradamente movida por princípios racistas.

Os Estados Unidos acreditavam que tinham a missão de levar a verdadeira democracia aos povos incultos, pois esta era a melhor forma de organização social. Sendo assim, o impulso de expansão se relacionava com a ideia de que a cultura estadunidense era superior:

Baseados nessas ideias, os norte-americanos se viam como detentores de uma cultura com valores superiores aos de outros povos. O mexicano, por exemplo, era tido como inferior ao norte-americano, e não apenas diferente (JUNQUEIRA, 2018, p. 69).

Os impasses para a consolidação dos objetivos do Destino Manifesto tal como tivera sido idealizado se agravavam, tendo em vista a ambição dos Estados Unidos em serem originais, tanto no sentido de serem únicos como em relação a serem desprendidos dos

moldes europeus que até então possuíam os padrões hegemônicos, sem perder de vista o fato de que o território estava sendo composto cada vez mais por imigrantes europeus. Logo, como se estabeleceria uma nação que, em tese, teria rompido com a Europa se o país era formado em parte por imigrantes europeus?

O desejo americano de crescer a custo de outros sem incluí-los em suas vitórias nos leva a questionar a justificativa para os movimentos expansionistas empreendidos pelos estadunidenses: a democracia, tanto defendida em seus discursos nacionalistas, era para quem? Esse discurso democrático estava longe de significar a igualdade entre os grupos presentes na “nação”, uma vez que “em diversos momentos, foram aclamados os direitos e negados os de outros povos” (JUNQUEIRA, 2018, p. 69).

Junqueira (2018, p. 73) apresenta as considerações de Ralph Waldo Emerson que sintetiza o ponto que se desejou alcançar com esse trabalho, uma vez que “para ele, a nação absorveria o território enquanto o território inevitavelmente consumiria a nação”. Portanto, o ideal de nação de princípios únicos e superiores elaborado pelos Estados Unidos se colocava como inalcançável caso permanecessem com seus movimentos expansionistas, já que incluiriam em seu território povos que, de acordo com seus princípios nacionalistas, não poderiam ser incluídos em sua nação imaginada. Todavia, o não posicionamento inicial dos Estados Unidos em relação ao impedimento que se colocava ao seu ideal de nação, só fez com que a segregação interna se perpetuasse, juntamente com a intensificação do nacionalismo e, conseqüentemente, com o racismo.

Nessa perspectiva, faz-se válida a demonstração das exposições realizadas anteriormente com as considerações de Benedict Anderson (2008, p. 208-209) a cerca das relações entre nacionalismo e racismo:

O fato é que o nacionalismo pensa em termos de destinos históricos, ao passo que o racismo sonha com contaminações eternas, transmitidas desde as origens dos tempos por uma sequência interminável de cópulas abomináveis: fora da história. [...] Os sonhos do racismo, na verdade, têm sua origem nas ideologias de classe, e não nas de nação. [...] E tampouco admira que, no geral, o racismo e o antissemitismo se manifestem dentro, e não fora, das fronteiras nacionais. Em outras palavras, eles justificam mais a repressão e a dominação interna do que as guerras com outros países.

Desta forma, o racismo dos estadunidenses em relação os índios, negros e imigrantes colocavam estes como inferiores desde sua origem e, dessa forma, estariam indubitavelmente fora do destino histórico divino pertencente ao povo – entendendo que nem

todos os grupos pertenceriam a essa categoria – dos Estados Unidos. Por sua vez, a origem de tais povos justifica sua separação tanto em termos espaciais quanto em relação a não estarem inclusos naquela sociedade dita democraticamente ideal.

5. Fronteiras culturais e multiculturalismo

Como já foi abordado anteriormente, a adesão, voluntária ou não, de outros grupos étnicos e culturais nos territórios estadunidenses fez com que a heterogeneidade daquela nação se intensificasse. A isso se soma o fato de que a expansão territorial delimitou novas fronteiras físicas sem considerar as fronteiras culturais que viriam a ser um obstáculo para a formação de uma nação soberana e homogênea.

Ao utilizarmos o termo “fronteira” nos referimos a um local de encontro de diferenças, linguísticas, étnicas ou culturais, que pode gerar tanto alianças quanto conflitos. Por vezes, esse ponto de encontro pode criar um “vácuo”, um espaço entre tais diferenças, e não um elo. Nas duas últimas possibilidades – o surgimento de conflitos ou vácuos – a noção de fronteira se aproxima da ideia de limite e barreira.

O conceito de fronteira é mais recorrentemente utilizado para se referir a espaços físicos e territórios organizados politicamente, nesse sentido, a fronteira é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície. (PESAVENTO, 2006, p. 2-3). Todavia, deve-se lembrar que tais fronteiras políticas, apesar de representar uma certa materialidade – uma vez que corresponde a um espaço físico–, por ser uma construção e, logo, não natural e mutável, pode apresentar contradições, como bem o faz durante a expansão dos Estados Unidos.

Não é raro encontrar casos em que as fronteiras territoriais não correspondem às fronteiras culturais, uma vez que as primeiras são colocadas muitas vezes visando aspectos econômicos e não culturais. Em momentos de conflitos e guerras, que corroboram em alterações dos limites territoriais, isso se torna mais evidente. No caso dos Estados Unidos, tal contradição se apresentava na forma de fronteiras culturais internas a um território que buscava a formação de uma ideia de todo nacional homogêneo.

Dentre os aspectos da fronteira cultural está a sua capacidade de se mostrar como local de difícil mapeamento, que surge como corolário de outro elemento intrínseco a essa espécie de fronteira: a ambivalência. Todavia, a fronteira pode ser percebida além de sua ambiguidade, esta pode ser concebida como local que, a partir do encontro de elementos por

vezes opostos, produz algo novo, uma nova cultura, portanto, um espaço de processo híbrido que produz novas significantes, como coloca Sandra Pesavento:

Neste conceito de fronteira uma promessa de superação dos seus elementos constitutivos e a produção de um terceiro: ser fronteira é produzir algo mais, é ser um *plus*, é ser mais ainda do que uma soma de partes. É produzir um novo, específico, distinto das partes constitutivas. Uma nova identidade, portanto, fenômeno cultural surgido da integração entre elementos, cada qual com as suas características, dando surgimento a um outro ser, original (2006, p.4).

Deste modo, quando afirmamos que os Estados Unidos ignoraram as fronteiras culturais referentes aos territórios que viriam a ser anexados, não estamos trazendo somente a contradição de incorporar grupos diversos à nação que se intentava como privada de conflitos, mas também afirmamos que os Estados Unidos negaram e buscaram impedir esse processo de hibridismo que se fazem presentes nas fronteiras culturais ao promover a relação de diferentes manifestações culturais e gestação de novas expressões. Deste modo, os Estados Unidos uniram novos territórios ao seu, mas não novas culturas à sua.

Ainda na perspectiva de que a expansão territorial estadunidense não contemplou os aspectos culturais ligados às fronteiras, põe-se como válido ressaltar que cultura e território são reconhecidos por todos indivíduos incorporados a eles apenas quando estes possuem um sentimento de pertencimento que os ligam a tais locais e seus aspectos, referenciando outra vez Pesavento:

Em suma, a fronteira é um marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento. Com isso, podemos ver, mesmo nesta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, que o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença. Nesta medida, o conceito de fronteira trabalha, necessariamente, com princípios de reconhecimento, que envolvem analogias, oposições, correspondências, comparações, enfim (2006, p.4).

Com isso, objetiva-se demonstrar que além dos estadunidenses que promoveram as expansões, os novos grupos impediam a formação de uma ideia de nação, uma vez que, mesmo que os Estados Unidos passassem a considera-los iguais e, logo, buscassem incluí-los no “destino glorioso” reservado àquele povo, os novos grupos não seriam capazes de se enxergar como pertencente àquele território, fazendo com que a pluralidade cultural se tornasse mais evidente.

Neste ponto chegamos à ideia dos Estados Unidos como nação multicultural. Nas palavras de Mozart da Silva, o multiculturalismo é

[...] o reconhecimento da existência de diversas culturas num mesmo espaço. A problemática multicultural situa-se justamente no entendimento das relações que são produzidas por esta diversidade ou ainda qual a forma de agenciamento político que deveria regular estas relações. O multiculturalismo, nesta perspectiva, se constitui como um dispositivo a partir do qual a alteridade é elevada a paradigma da organização social, colocando em xeque as tradicionais narrativas identitárias homogeneizadoras típicas do Estado-nação (2004, p. 5).

Desta forma, apesar da tentativa de criar uma narrativa para a nação estadunidense com um propósito homogeneizador, a qualidade multicultural é impossível de ser ignorada. Entretanto, à medida que os novos integrantes do território estadunidense não são efetivamente incluídos na sociedade, a segregação se intensifica, uma vez que “nas sociedades onde o multiculturalismo é incentivado o racismo se alastra sob várias formas” (RUTHERFORD, 1996, p. 35), e é reforçada a ideia de essencialismo cultural.

Com o conceito de multiculturalismo, retomamos à noção de fronteira: num espaço como o território dos Estados Unidos em que não existem intenções de se estabelecer uma relação entre as diversas culturas, o multiculturalismo até pode ser reconhecido, mas não conta com “agenciamentos políticos” para regular as relações entre elas. Assim, o multiculturalismo existente só faz evidenciar as fronteiras culturais internas ao território.

A solução para essa problemática do multiculturalismo que corrobora na segregação seria a promoção dos aspectos da interculturalidade que além de reconhecer a existência de diferentes culturas, como faz também o multiculturalismo, defende a necessidade da relação entre estas culturas que produziria novas práticas através do espaço híbrido, como também afirma Pesavento em passagem supracitada. Por utilizar apenas um “multiculturalismo autoritário” (SILVA, 2004, p. 7) que reafirmaria as diferenças de modo a impedir um diálogo entre elas, o que a expansão dos Estados Unidos fez foi, em suma, transportar as fronteiras do limite geográfico para dentro do seu próprio território.

6. Considerações finais

Os Estados Unidos formam um território que assistiu a diversos povos sofrerem com medidas imperialistas, desde a chegada dos europeus até o fim da expansão territorial – apesar das consequências deste movimento ainda se fazerem presentes. Assistiu as justificativas da colonização serem contestadas na Declaração de Independência para serem

utilizadas novamente na expansão do século XIX, quando se afirmou a hierarquia entre povos e culturas. Todavia, não se deve conceber a expansão dos Estados Unidos como algo excepcional, pois, tendo em vista o processo de revolução industrial que se instalava, era comum o desejo de conquista de territórios para favorecer o cumprimento da exigência de crescimento econômico.

Uma vez que o processo expansionista foi movido inicialmente por razões econômicas, os primeiros defensores foram os comerciantes e proprietários que visavam obter vantagens com as conquistas. Entretanto, com o surgimento do movimento América Jovem e da doutrina do Destino Manifesto, o movimento expansionista ganha diversos adeptos pela população.

As mesmas justificativas da colonização eram as da defesa da expansão pelo Destino Manifesto: a superioridade de um povo que possuía como missão divina levar sua cultura também superior a outros povos. Essa doutrina juntamente ao movimento América Jovem que pregava a inovação e o desprendimento às características europeias deram impulso a criação de um ideal de nação que desejava os Estados Unidos.

No processo de criação da nacionalidade americana, eram supervalorizadas características que os estadunidenses atribuíam a si mesmos e em contrapartida o “outro” era menosprezado. Deste modo, faz ressurgir a ideia de que a apropriação do território de certos povos seria benéfica para estes, mesmo que seus direitos fossem negados ou que estes povos fossem subjugados e segregados.

É necessário lembrar que o território dos Estados Unidos já era dividido por divergências de opiniões desde antes de proclamada sua independência e que no século XIX vê sua heterogeneidade se intensificar, pois, além da incorporação de novos territórios que abrigavam povos com culturas diferentes, o crescimento econômico atrai diversos imigrantes que sofriam pelas crises nos seus países. Como então definir uma identidade única, como se pretendia, para uma nação que se construía abrigando em seu território grupos opostos que, por muitas vezes, não se aceitavam?

Indo mais além, deve-se ter em mente que os Estados Unidos estavam conscientes de que incluíam novos grupos ao seu território, mas preferiram estimular o multiculturalismo – sem promover a interculturalidade –, expandindo suas fronteiras sem levar em conta as fronteiras culturais que existiam. Incluíram intencionalmente em seu território, para posteriormente segregarem conscientemente de sua sociedade.

Os Estados Unidos, em sua Declaração de Independência, defendem princípios de igualdade e liberdade apesar de seguirem com a escravidão legal, mesmo já havendo

contestações, e reproduzem incoerência ao afirmar que sua expansão territorial promoveria uma expansão da democracia apesar de excluírem grupos desse seu sistema sócio-político ideal. É a própria doutrina do Destino Manifesto, que afirma a originalidade dos Estados Unidos, que reproduz discursos e atitudes europeias.

É o próprio Destino Manifesto, que deseja uma nação soberana e homogênea, o fator que impõe diversos impasses ao cumprimento desse objetivo. E, apesar desses impasses, observamos ainda hoje resquícios da doutrina até os dias atuais disfarçados no mito da excepcionalidade americana. E, por causa desses impasses, a nação ideal, a comunidade imaginada pelos estadunidenses permaneceu apenas em seu imaginário.

Referências

ABARCA, Maria Graciela. “El Destino Manifiesto y la Construcción de una Nación Continental”. In: NIGRA, Fabio; POZZI, Pablo. *Invasiones Bárbaras*. Ituzaiçó: Maipue, 2009.

ANDERSON, Benedict. “Imperialismo e nacionalismo oficial”; “Patriotismo e racismo”. In: *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Cecília. “Identidades Compartilhadas: a identidade nacional em questão”. In: ABREU, M.; SOIHET, R. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2003.

DIVINE, Robert. “A Era do Expansionismo”. In: DIVINE, Robert. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nordica, S. D., 1992.

GRANT, Susan-Mary. “Americanos construindo uma nova nação, 1860-1916”. In: DOYLE, Don; PAMPLONA, Marco. *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

JUNQUEIRA, Mary Anne. “A narrativa da nação: usos do passado e excepcionalismo americano”; “A conquista do Oeste: do Atlântico ao Pacífico”; “Narrativa da nação: Wilderness e mito da fronteira”. In: *Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Fronteiras culturais em um mundo planetário”. *Revista del CESLA*, n. 8, Varsovia, 2006.

RUTHERFORD, Jonathan. “O terceiro espaço: uma entrevista com Homi Bhabha”. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, v. 24, p. 35-41, 1996.

SILVA, Mozart Linhares da. “História e Interculturalidade: aspectos críticos à educação e ao multiculturalismo no Brasil”. In: *Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: 2004.

THEIS, Wolfgang. “O Patriotismo e o Nacionalismo do Migrante”. *Revista Primus Vitam*, 2011.